

**O PENSAMENTO DO PROFESSOR
LUÍS MOITA NO ENSINO DAS TEORIAS
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Ricardo Real P. Sousa

O PENSAMENTO DO PROFESSOR LUÍS MOITA NO ENSINO DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ricardo Real P. Sousa

A reflexão sobre o pensamento do Professor Luís Moita em Relações Internacionais que melhor posso fazer é baseada no que ensinava.

Tive o privilégio de partilhar com o Professor Moita um conjunto de Unidades Curriculares (UC) nos três níveis de ensino na Universidade Autónoma de Lisboa.

Desde o ano letivo de 2015/2016 partilhei as UC de Teorias das Relações Internacionais I e II, que decorrem nos dois semestres do segundo ano da Licenciatura em Relações Internacionais, a UC de Questões Avançadas em Relações Internacionais do Mestrado em Relações Internacionais e a UC de Modelos de Análise em Relações Internacionais do Mestrado em Estudos da Paz e Conflito das Novas Relações Internacionais e o Seminário em Questões Epistemológicas, Metodológicas e Analíticas do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia.

Nas UC da licenciatura e dos mestrados a colaboração foi mais próxima na medida em que integrei UC coordenadas pelo Professor Moita onde já existia um programa elaborado. O seminário do doutoramento foi criado no ano letivo de 2015/2016 e estruturado em seminários, por isso com uma menor interligação entre sessões que eram distribuídas pela equipa docente.

Será essencialmente com base nesta experiência que procurarei sintetizar aspetos do pensamento sobre Relações Internacionais do Professor Moita, dando-me a liberdade de ir para além das evidências dos programas e conteúdos das aulas. Naturalmente as evidências são localizadas no tempo, as UC que partilhámos desde o ano letivo de 2015/2016, que podem, mas não têm de ser, representativas de um pensamento anterior a essa data.

Refletindo sobre os temas lecionados pelo Professor Moita, complementado pelo conhecimento dos seus interesses de investigação e carreira profissional, penso que o denominador comum de um percurso rico e diferenciado será uma preocupação com a libertação. Algo próximo a uma teologia da libertação com uma preocupação pela libertação dos oprimidos, sendo este o ponto de encontro entre a sua inspiração cristã e marxista.

Esta preocupação é evidente, primeiro como padre católico, depois no ativismo contra a guerra colonial e a ditadura do Estado Novo, após 1974 no apoio aos novos estados independentes em África como diretor do CIDAC, Organização não Governamental Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, onde está até ao final da década de 80. Desde então o seu percurso é essencial-

mente acadêmico. A característica mais singular deste percurso acadêmico, para o período em análise, será eventualmente a temática da libertação dos povos em relação ao Estado, ou mais especificamente, a identificação da agência de atores para além do Estado, por vezes em complementaridade, outras vezes em alternativa e outras ainda em oposição ao Estado.

Esta ideia é corroborada pelo que foi a posição onde esteve mais tempo, desde 1985 até 2018, como membro do conselho de curadores da *Fondazione Lelio Basso per i Diritti dei Popoli de Roma* e membro do Júri Internacional do Tribunal Permanente dos Povos.

Tendo estabelecido esta referência, o restante do texto irá refletir sobre três aspectos do seu ensino, todos eles em coerência com a preocupação com a libertação. O primeiro aspeto é a preferência por uma abordagem histórica ao conhecimento, algo que potencia a identificação de processos dialéticos de libertação na sociedade. O segundo aspeto é a singularidade de se focar na identificação da agência não estatal no seu ensino das Teorias das Relações Internacionais (TRI), eventualmente no entendimento de que uma agência mais próxima das pessoas tem a promessa de uma menor opressão. O terceiro aspeto é a sua visão sobre a constituição do Estado-Nação moderno em que considera que foram as revoluções francesa e americana que libertam a sociedade do domínio da monarquia e que constituem, juntamente com a revolução industrial, os marcos de referência para o desenvolvimento do moderno Estado-Nação.

O CONHECIMENTO COMO HISTORICAMENTE DEFINIDO

De acordo com o seu testemunho, foi durante o doutoramento em ética na academia Alfonsiana da Universidade Lateranense em Roma, onde esteve entre 1964 e 1967, que descobriu o marxismo. Essa descoberta é transformadora e, porventura, influencia a sua abordagem de que o conhecimento só tem sentido percebendo o contexto histórico em que o mesmo é produzido.

Na prática, esta abordagem significa um plano de ensino orientado pela cronologia da história como forma de explicar o surgimento, desenvolvimento, essência e adoção ou rejeição das diferentes Teorias de Relações Internacionais (TRI).

Uma abordagem alternativa consistiria num conhecimento centrado nas TRI, que faz uma fotografia do estado da arte, em que o contexto histórico é negligenciado ou remetido a um plano secundário.

Esta abordagem ficou espelhada no programa da UC de TRI que inicia com o Realismo do Concerto Europeu e da Geopolítica, para depois abordar

o interlúdio do Idealismo no período entreguerras, para regressar ao Realismo tal como formulado no pós-Segunda Guerra Mundial e os seus posteriores desenvolvimentos com o Neorealismo. No segundo semestre da UC, o Liberalismo regressa ao programa para explicar a emergência da Europa Kantiana e são tratados um conjunto de outros temas mais contemporâneos como a globalização, transnacionalismo, construtivismo, o estruturalismo ou, mais recentemente, a questão do etnocentrismo das TRI aplicada ao caso do pensamento chinês e as TRI.

Semelhante abordagem pautou a revisão do programa das UC de mestrado. O programa começa por apresentar duas tradições filosóficas, de Thomas Hobbes e Immanuel Kant, seguido dos três paradigmas clássicos de Francisco de Vitória, Carl von Clausewitz e Karl Marx. Só após esta introdução é que o programa envereda por uma apresentação das principais TRI: Liberalismo e Neoliberalismo; Realismo e Neorealismo; Sociedade Internacional e a Escola Inglesa; Construtivismo e a Teoria Crítica e o Estruturalismo.

AGÊNCIA NÃO-ESTATAL

O foco na agência não-estatal está diretamente associado ao advento da globalização a partir da década de 60, associado a conceitos como o transnacionalismo ou a interdependência complexa, salientando a particularidade de que, a partir desse período, atores não estatais assumem um protagonismo incontornável nas relações internacionais. Nas suas palavras, a “vida internacional como um palco à procura de atores”.

Nestas aulas era contrastada a Conferência de Viena de 1814, dominada pelos estadistas, com o crescimento no século XX das Organizações Intergovernamentais como atores de pleno direito no plano internacional, mas principalmente a agência dos atores não estatais, provenientes do terceiro setor, do setor privado ou mesmo dos indivíduos. Um exemplo máximo desta nova realidade são as cimeiras do clima que congregam toda esta diversidade de atores.

Esta preocupação parece natural para alguém que chegou às Relações Internacionais proveniente da Sociologia, mas é menos frequente nos currículos de ensino das TRI de origem anglo-saxónica.

Porventura uma das mais evidentes expressões dessa procura de uma agência não-estatal foi o projeto de investigação que coordenou sobre “Cidades e regiões – a paradiplomacia em Portugal” entre 2015 e 2020. Aqui o objeto de análise foi a paradiplomacia, ou seja, a diplomacia realizada por atores

diferentes dos poderes centrais dos Estados nacionais. Neste projeto os atores investigados estão todos abaixo do nível do Estado central e foram: as Euroregiões transfronteiriças de cooperação, as Eurocidades, os municípios e as regiões autónomas (Curto *et al.*, 2014).

No prefácio da obra que resultou desse projeto de investigação, o Professor Moita comparava a internacionalização de Lisboa, com o crescente peso das empresas multinacionais e das grandes metrópoles, a um sistema do tipo hanseático, em que, na ausência de um poder central, a gestão do território é realizada por uma aliança de cidades e por uma liga de mercadores (Moita, 2017).

O ESTADO-NAÇÃO MODERNO

Uma das suas aulas na licenciatura era dedicada à compreensão da forma como se desenvolveu o Estado-Nação moderno. A sua tese é que a atribuição do momento fundador do moderno sistema de Estados-Nações à Paz de Vestefália de 1648 é equivocada defendendo que é “aconselhável abandonar as expressões ‘Estado vestefaliano’ e ‘sistema vestefaliano’” (Moita, 2012: 17).

Não pretendendo reproduzir aqui todo o seu argumento, o Professor Moita subcreve uma visão marxista, considerando que é na dialética da luta pelo poder (ou libertação da subjugação ao poder de outros) que se pode entender a evolução histórica do Estado.

Nesta perspetiva, considera essencial para a compreensão do que é o moderno Estado-Nação perceber, por um lado, o contributo que as revoluções americanas (1766) e francesa (1789-1799) têm na constituição de uma soberania que não pertence ao príncipe mas à nação e, por outro lado, o contributo da revolução industrial (1760-1820/40) no estabelecimento de novas relações socioeconómicas favoráveis ao desenvolvimento do Estado.

Em ambos estes processos o agente não é o estadista, como foram os chefes de Estado signatários da Paz de Vestefália, mas antes a ação da sociedade civil suportada ou promovida por uma burguesia que tinha um interesse em quebrar com o monopólio de poder político da monarquia ao promover as revoluções liberais e depois precisava de um Estado reforçado para gerir as mais complexas relações socioeconómicas e cadeias de valor decorrentes da revolução industrial.

Tendo feito esta reflexão, é importante salientar a sua abertura intelectual tal como refletida nos programas das UC. Neste aspeto as UC tratam com equilibrada atenção tanto o Realismo como o Idealismo do primeiro grande debate nas relações internacionais, salientam os contributos da revolução behavio-

rista decorrentes do segundo grande debate nas relações internacionais, e exploram com especial atenção os contributos do Construtivismo no terceiro grande debate nas relações internacionais.

Para concluir e de forma a calibrar a reflexão anterior, deve ser aqui referido o interesse do Professor Moita pela agência do Estado-Nação nas relações internacionais e, em particular, a sua intenção de contribuir para uma reflexão sobre o Estado português no mundo.

São evidências deste interesse a inclusão do Estado-Nação no curriculum das UC e de ser o objeto de análise em vários projetos de investigação, em particular em projetos na área dos Estudos da Paz e da Guerra em alguns casos com ligação à tradição do pensamento de Johan Galtung.

De entre os diversos contributos para a política externa portuguesa, recentemente encontramos a publicação do Anuário Janus (1997-), uma publicação anual com impacto na comunidade diplomática portuguesa, e o projeto sobre a “Estrutura Diplomática Portuguesa” que co-coordenou entre 2017 e 2019 (Moita, Valença Pinto e Pereira, 2019).

Referências

- CURTO, H. S.; Moita, L.; Brito, Brígida R.; Quintas, C.; Galito, M. S. (2014). "Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal". Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-Abril 2015. Consultado [online] em data da última consulta, <https://observare.autonoma.pt/janus-net/janusnet/cidades-e-regioes-a-paradiplomacia-em-portugal/>.
- MOITA, Luís (2012). "Uma releitura crítica do consenso em torno do «sistema vestefaliano»". JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 3, N.º 2, outono 2012. <https://observare.autonoma.pt/janus-net/janusnet/uma-releitura-critica-do-consenso-em-torno-do-sistema-vestefaliano/>.
- MOITA, Luís (coord.) (2017). *A internacionalização de Lisboa: Paradiplomacia de uma cidade*. Lisboa: OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa.
- MOITA, L., Valença Pinto, L. e Pereira, P. (Eds) (2019). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*. Lisboa: OBSERVARE-UAL.

